

AMARILDO ANTONIO FREDER

**A GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA DO CAMPO, CONTRIBUINDO
PARA A CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: **Maurício Cesar Vitória Fagundes**

MATINHOS

2011

A GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA DO CAMPO, CONTRIBUINDO PARA A CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Amarildo Antonio Freder¹;
Mauricio Cesar Vitória Fagundes².

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo ressaltar a importância da Gestão Escolar na concepção e execução do Projeto Político Pedagógico na Escola de Campo, levando em consideração todas as particularidades do campo, além de utilizar uma metodologia diferenciada, aplicada assim na Educação do Campo, como a contextualização e a interdisciplinaridade. A pesquisa desenvolveu-se na Escola Rural Municipal Professor Maack, situada na zona rural do município de Guarapuava, e da turma do Projovem – Campo – Saberes da Terra, que desenvolve-se no Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves, situado no município de Goioxim. Buscamos identificar o que determina o Projeto Político Pedagógico, bem como os principais pontos abordados na proposta pedagógica, para contemplar na teoria e na prática, ações preocupadas com o desenvolvimento da Educação do Campo e conseqüentemente dos educandos.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão Escolar, Educação do Campo.

¹. Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná – Litoral, e-mail: amarildo-freder@ig.com.br

². Educador Orientador, UFPR Litoral.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas assistimos a um processo crescente de migração da população rural para o meio urbano como sendo apenas um processo natural das coisas sem levarmos em conta, ou mesmo questionarmos, os fatores geradores de tal acontecimento. Hoje, entretanto, com as conseqüências de tal processo, somos levados a considerar, pensar, refletir e analisar tais fatores como forma para o estabelecimento de uma nova consciência, e desta, os pressupostos para a construção de um novo modelo capaz de conter ou até mesmo, em algumas situações reverter tal processo. Para isso, o campo vem se modernizando, e melhorando as condições de vida das pessoas, contudo, a importância desses avanços, não se revelou suficiente à superação do processo migratório e suas conseqüências, o que implica um novo pensar e refletir sobre ações que se fundamentem em valores constantes, contínuos e de transformação das condições sócio-culturais. Este é, sem dúvida, o único caminho eficaz para a transformação e eficiente enquanto a qualidade dos resultados. Já é claro, e evidencia-se que tais ações e caminhos somente poderão advir do campo educacional, com a presença de estruturas escolares vocacionadas e que se identifiquem com o meio cultural e com as necessidades do trabalhador e da família do meio rural. As pessoas do meio rural têm muita clareza da necessidade de contar com profissionais habilitados e qualificados, que, juntamente com eles, e preferencialmente tendo suas origens sociais ligadas à agricultura familiar, pensem, planejem e executem a produção, a moradia, a educação, a saúde, a segurança e a organização voltadas para seus interesses. Os agricultores familiares não renegam a técnica e o conhecimento científico, mas querem-nos adequados aos seus propósitos, principalmente a uma produção agroecológica autônoma. O conhecimento científico e a tecnologia têm servido para criar a dependência do agricultor que, não conseguindo acompanhar os constantes pacotes tecnológicos, acaba por perder sua terra. Talvez seja utópico pensar em uma sociedade solidaria e democrática que oportunize a criação de uma escola de campo, sonhar e escrever o que se sonha é fácil, difícil, doloroso e complicado é transformar o sonho, ou seja, a escola rural tradicional em escola de campo, porque isso implica alterar, ou melhor, mudar as estruturas sociais baseadas no

individualismo possessivo e na expropriação da terra e do produto do trabalho, essa compreensão é mais bem explicitada por Arroyo que pontua que:

“Escola sim, mas vinculada ao mundo do trabalho, da cultura, ao mundo da produção, vinculada à luta pela terra, ao projeto popular de desenvolvimento do campo. Nós temos que recuperar os vínculos entre educação e terra, trabalho, produção, vida, cotidiano de existência, aí que está o educativo”.

Nesta perspectiva, a escola do campo seria para preparar a mão-de-obra do campo para continuar a trabalhar no campo, como especificidades relacionadas ao meio em que os educandos estão inseridos, onde a escola deve adaptar-se ao meio rural, e não ao contrário, respeitando assim o ano agrícola, que não coincide com o ano letivo, e com isso os educandos precisam se afastar da escola para o plantio ou colheita dos produtos, a cultura, bem como outras particularidades inerentes a cada realidade local encontrada onde a escola está implantada.

Este é o ponto principal para o bom funcionamento e andamento das atividades, um Projeto Político Pedagógico construído a partir da realidade local, com a participação de toda a comunidade escolar. Mas não basta ter um Projeto Político Pedagógico contemplando todas as particularidades que se tem na Educação do Campo, se este não for colocado em prática. É quando entra em cena a Gestão Escolar, responsável pela confecção do Projeto Político Pedagógico e também por colocá-lo em prática, como observado na Escola Rural Municipal Professor Maack e na turma do Projovem Campo – Saberes da Terra, onde os educadores juntamente com as pedagogas elaboram as atividades em conjunto, de maneira interdisciplinar, tendo como subsídios, materiais atualizados relacionados a Educação do Campo e conteúdos agropecuários explorados na região, para assim contextualizarem os conteúdos, lembrando que na agropecuária, temos duas realidades distintas, onde uma é explorada pelos pequenos agricultores da agricultura familiar, e do agronegócio, onde o foco principal para a contextualização é o da agricultura familiar, mas nada impede de trabalhar com os dados do agronegócio, como cotações de produtos, exportações e

inovações tecnológicas, porém como já citado anteriormente a agricultura familiar norteia a contextualização, para que possamos abordar temáticas como a luta pela terra, a diversificação da produção na pequena propriedade, agroindústria entre outros, elaborando assim um currículo específico para a escola do campo.

Assim, buscando uma coerência com os pressupostos metodológicos e os instrumentos/procedimentos ao longo do processo de construção da pesquisa envolvemos na atividade, análise da proposta pedagógica do Projovem Campo-Saberes da Terra, especificamente da turma do município de Goioxim, e da Escola Rural Municipal Professor Maack, situada na zona rural do município de Guarapuava, a qual tem na sua proposta a educação integral, e de campo, para contribuir na confecção de um Projeto Político Pedagógico coerente com a realidade do campo, bem como a participação da gestão escolar na sua construção e aperfeiçoamento.

EDUCAÇÃO DE CAMPO

Ao contrário do que se pensava e praticava a Educação do Campo antes nomeada Educação Rural, a Educação do Campo, vem para preencher uma lacuna existente no meio rural, pois aplicava-se a mesma temática urbana nas escolas do meio rural, sem levar em consideração a sua realidade local, seus costumes, sua cultura, e com isso como bem explica Souza (2008, p. 1093), *“O homem do campo foi concebido como de atraso, e a política educacional se organizava em conformidade como os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura”*. Assim, o meio rural era banalizado e esquecido, no sentido de uma educação realmente voltada para o campo, desconsiderando as capacidades e possibilidades do homem do campo.

No campo há uma grande diversidade, como a encontrada principalmente na Escola Maack, onde há educandos oriundos de assentamentos, bem como da agricultura familiar e também filhos de funcionários de grandes latifúndios da região, já na turma do Projovem Campo – Goioxim são educandos oriundos do meio rural, na sua totalidade, porém uma parte trabalha em atividades urbanas, devido à baixa renda advinda do campo, é com essa realidade que trabalha-se para preparar e “tecnificar” os

conhecimentos para que estes jovens vejam no campo possibilidades de permanência ou retorno, com qualidade de vida e dignidade.

Para isso, é de fundamental importância a contribuição da Gestão Escolar, agilizando ações para crescer cada vez mais o Projeto Político Pedagógico, bem como para colocá-lo em prática, pois depende da Gestão Escolar, o sucesso das ações previstas no Projeto. Não basta a escola localizar-se no campo, ela deve ser também “do” campo, com toda a sua proposta pedagógica voltada para o campo, com educadores qualificados e formados para a Educação do Campo, e com acesso as mais diversas fontes de pesquisa para aquisição e atualização dos conteúdos pertinentes ao trabalho com a turma. Cabe a Gestão Escolar propiciar estas fontes de pesquisa, bem como ofertar cursos de formação a seus educadores, e receber sugestões ou solicitações de todos os educadores, bem como dos outros segmentos da escola, seguindo a lógica da Gestão Democrática.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A construção e reformulação do Projeto Político Pedagógico devem ser feitas periodicamente e de maneira participativa, envolvendo todos os sujeitos da escola e comunidade escolar, onde a Gestão Escolar procure atender de forma democrática as sugestões dos envolvidos, bem como os anseios dos mesmos, não esquecendo de levar em consideração a realidade local. Cabe também a Gestão Escolar, colocar em prática o Projeto Político Pedagógico, pois não basta ter uma ótima proposta para a Educação do Campo, se não executá-la.

Ressaltamos ainda que a Gestão Escolar Democrática, para se executar plenamente, deve ter autonomia para planejar o currículo escolar, sem deixar-se envolver por interesses políticos, estando consolidado para obter-se assim uma Educação do Campo com qualidade, sem interferências externas, como o currículo voltado à sua realidade.

De um modo mais amplo, currículo, em educação, significa um conjunto de situações, experiências ou oportunidades oferecidas ao educando sob a orientação da escola. Esse processo ocorre através de relações humanas, do diálogo, de experiências compartilhadas, de ações presentes que também se nutrem do saber

adquirido pelas vivências anteriores, permeando, agora, pela presença em futuras descobertas e novas construções. Nessa perspectiva, pode-se concordar com o pensamento que propõe como características essenciais para o currículo “o diálogo humano”, “conteúdos culturais e existenciais”, “uma ação relativamente sistemática” e “a transformação pessoal e social”.

Quando buscamos a educação de campo, não podemos deixar de relacionar o currículo com a cultura, independentemente se tomamos a educação escolar como formação, quer como transmissão do conhecimento ou, ainda, como preparação para o trabalho, devemos ofertar a educação de campo contextualizada e interdisciplinar, pois são fundamentais pelo fato de representarem elementos metodológicos e atitudes educativas.

CONTEXTUALIZAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE.

A educação, entendida como processo dinâmico, é inserida numa realidade micro e macrossocial, na qual a instituição escolar aparece como espaço peculiar, porém não exclusivo, porque sua ação ocorre ou deve ocorrer de forma multi-relacionada ao contexto mais amplo da sociedade, implica a compreensão global da realidade, a partir das relações de seus vários aspectos físicos ou naturais, humanos ou culturais.

Assim, um ensino contextualizado resulta da compreensão dessa teia de relações e do enraizamento histórico, econômico e cultural, pois é esse contexto (espaço-tempo-homem-trabalho-cultura) que nutre os fundamentos filosóficos que, por sua vez, definem os objetivos educacionais em determinado lugar e em determinada época.

O currículo escolar de campo revitaliza-se quando profundamente imerso na realidade local, mediando-a em sua conexão com a realidade global, pois, segundo DAMASCENO (1993, p. 57): *“É importante lembrar que a prática produtiva e política são as fontes da produção do conhecimento social. É com base nesse saber que os camponeses têm transitado aos descendentes sua atividade produtiva, os que têm ensinado a interpretar e viver sua realidade e a exercerem suas capacidades criativas e organizadas”*.

Desse modo, a compreensão do contexto rural (natureza, história e cultura) e a clareza dos objetos sociais, por parte da escola e dos educadores, favorecem a seleção dos conteúdos e das experiências de ensino. O resultado desse processo reverte-se, certamente, na formação de um indivíduo mais feliz, consciente de seus direitos e de seus deveres e empenhado na construção de um ambiente natural e social mais saudável e produtivo, espaço privilegiado para o exercício da cidadania.

Por outro lado, mesmo se dando conta das especificidades que o ensino em espaços rurais deve contemplar, há que se considerar a natureza universalizadora do conhecimento, pois a educação escolar, por seu caráter socializador, só pode ocorrer imbricada ao processo mais amplo de desenvolvimento. Reafirma-se dessa forma, o pressuposto de que um fato educacional, como todo fenômeno social, não se processa de forma desvinculada do contexto de suas relações com o todo, num confronto entre o particular e o universal. Entende-se, portanto, que todas as reflexões, ações e produções do ambiente escolar devem ocorrer à luz dessa necessária inserção e/ou articulação.

A análise de quaisquer dessas múltiplas facetas da realidade e a forma articuladora, pela qual a escola deve tratar o conhecimento, supõem métodos que os percebam nas dimensões da historicidade, identidade e globalidade. Destaca-se aqui, o método dialético que torna capaz de captar as condições objetivas e subjetivas da história humana, assim como de aproximar a dimensão quantitativa e qualitativa da realidade social, enquanto componentes indissociáveis de um todo.

Nessa perspectiva, tratamento dialético do conteúdo sistematizado, ao permitir uma adequada leitura da realidade, ensejará um ensino contextualizado, interligando a escola ao mundo que o comporta, que nela se reflete e para o qual sua ação educativa deve se voltar.

A ideia de contextualidade associa-se, então ao entendimento da educação numa visão holística, ao caráter inter e transdisciplinar da ciência, remetendo o educador à busca da qualidade educacional, numa perspectiva histórica que ressignifica os conceitos de currículo, cultura, trabalho, linguagem, cidadania, dentre outros.

Uma proposta de ensino contextualizada se clarifica, ainda através de imagens próprias da educação popular freireana, principalmente a chamada leitura do mundo, que deve preceder à própria leitura da palavra (FREIRE, 1986, p.22). Essa leitura de mundo, que em seu sentido simbólico expressa uma estreita relação texto-contexto, deve constituir-se num dos fundamentos de currículo da educação do campo, sob o prisma de contextualidade.

A partir dessa ideia, o educador deve ser, de sua parte, também um esforçado “leitor do mundo”, sempre atento às suas múltiplas vozes e ocorrências que provocam alterações na conjuntura social e cultural e cujas repercussões revitalizam o saber e a própria vida escolar. Sendo o educador, “o livro básico para o aluno”, deve permanentemente atualizar seu próprio texto, tornando-se um eficaz mediador na leitura de mundo para a qual seja conduzir seu aluno leitor.

O mundo contemporâneo ou pós-moderno distingue-se, entre outras características, pela ruptura de modelos de pensamentos dogmáticos. Isso ocorre em função de um processo gradativo e saudável do desmonte das concepções maniqueístas e radicalmente antagônicas que, via de regra, induz a uma visão e postura extremamente ideológicas e fragmentadoras da realidade. O compartimentalismo do pensamento filosófico e, por conseguinte, da ciência como um todo, não é capaz de resistir aos múltiplos questionamentos gerados a partir de uma concepção mais ampla de mundo, ou seja, de uma visão cósmica, que pode construir sínteses superadoras desses conflitos. Há uma tendência para aproximações dialógicas entre pensamentos divergentes mediante construções intelectuais que favorecem o avanço do conhecimento humano, podendo vir a serem mecanismos para a instauração de uma sociedade mais harmônica e feliz.

De outra parte, a emergência do crescente fenômeno da globalização econômica e cultural assinala uma crise de paradigmas, da qual emergem novas posturas e novas práticas sociais. Mais do que nunca, a ciência precisou ser repensada em suas origens, seus postulados e suas implicações. Apesar de seus grandes avanços, as ciências ditas naturais, cujos preceitos teóricos orientam as organizações sociais modernas, permitiram o advento de novas tecnologias, face à sua incapacidade em resolver problemas como a marginalização social e cultural, a violência e tantos outros, cedem

lugar à emergência de novas crenças. As incertezas características da contemporaneidade fazem com que o homem pós-moderno se insurja contra o dogmatismo científico, abrindo-se a novas especulações, retomando formas alternativas e buscando modelos mais unificados de pensamento, alguns deles recuperados das antigas civilizações.

Assim, nesse momento de crise, ganha corpo uma nova racionalidade ou holopistemologia (CREMA, 1989, 15-21), que aponta para a superação das visões fragmentárias do mundo através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Numa abordagem holística da ciência e na busca de uma educação mais democrática, a interdisciplinaridade, imbricada ao conceito da contextualidade, torna-se elemento indispensável para um ensino mais eficiente. Mais do que um procedimento metodológico, a interdisciplinaridade constitui-se, segundo Ivani Fazenda, numa “questão de atitude” e, como tal, deve também ser tomada como um critério de qualidade.

Ainda segundo FAZENDA (1992, p. 49), a interdisciplinaridade “impõe-se não como forma de compreender e modificar o mundo, mas também como exigência interna das ciências, que buscam o restabelecimento da unidade perdida do saber”.

Uma proposta de ensino, que pretenda tratar os conteúdos das diversas áreas do currículo escolar de forma contextualizada e interdisciplinar, considerará as múltiplas dimensões do educando (bio-psico-social) e enfocará as diferentes interfaces do conhecimento, num rico processo de formação e de desenvolvimento das potencialidades humanas.

Nesse processo, reafirma-se a importância da linguagem que, como já foi focalizada, é fator privilegiado de entendimento entre homens, de expressão cultural, de socialização e de participação.

Essa capacidade comunicativa e interativa, necessária ao exercício da cidadania, pressupõe uma bagagem cultural básica que permita ao indivíduo constituir-se em sujeito histórico, ou seja, em condições de localizar-se com lucidez no seu tempo, espaço e circunstâncias de assumir o comando de sua realização pessoal e social, criando e transformando a realidade em comunhão com seus semelhantes. Assim, o estudo interdisciplinar das linguagens, da História, da Geografia, das Ciências Naturais

e das demais áreas do conhecimento, holisticamente tratadas, contribuirá para a ressignificação da ciência. Favorecerá a reinserção integrada e integradora do homem (ser biológico-cultural-espiritual) no universo, também esse, passível de reunificação não só pela unidade do conhecimento, mas também pela solidariedade.

O pensamento holístico apregoa a necessidade de métodos voltados para o reencontro do homem consigo mesmo, com o Ser Criador, com os outros seres da natureza e com a ciência, fragmentado a partir da instauração do racionalismo cartesiano. Filiada a uma filosofia centrada nos sujeitos, a interdisciplinaridade coloca-se, então, como forma adequada de rehumanização da humanidade, de resgate de sua identidade e da própria dignidade da condição humana.

Há que se mencionar, de outra parte, a objeção a essa visão idealista da interdisciplinaridade, apresentada por outros autores com produções organizadas por JANTESCH e BIANCHETTI (1995), dentre os quais destacam-se Frigotto, Etges, Wallner, Follari e Severino. Vinculados à dialética histórico-crítica de cunho materialista, contrapõem-se, em parte, a essa visão, questionando principalmente sua subjetividade. Segundo esses autores, trata-se “interdisciplinaridade generalizadora” ou “interdisciplinaridade instrumental” concebida a partir de uma visão subjetiva de unificação do conhecimento. Mesmo assim defendem uma interdisciplinaridade que, sob a ótica da materialidade histórica, se construa, sobretudo, a partir da crítica às visões fragmentárias de mundo. Afirma-se, nessa obra, por exemplo, que: “Nesse aspecto, falar hoje da interdisciplinaridade já não depende mais da decisão do sujeito (individual ou de um grupo de indivíduos) é uma imposição do momento atual”. (p.21).

Sem abrir mão das especificidades do conhecimento, segundo ETEGES, na obra acima referida (p. 73) a interdisciplinaridade possível é aquela considerada enquanto “transposição” ou “deslocamento de um contexto para outro”, ou seja, “a interdisciplinaridade não poderá jamais consistir em reduzir as ciências a um denominador comum, que acaba destruindo as especificidades de cada um, de um lado, e dissolve cada vez mais os conteúdos vivos em formalizações vazias, que nada explicam, podendo pelo contrário, transformar-se em estratégias de exclusão e domínio absoluto. Pelo contrário deverá ser um mediador que possibilita a compreensão da ciência, além de formas de cooperação a um nível bem mais crítico entre os cientistas”.

Portanto, fazer a mediação entre ambos os conceitos, apregoando uma interdisciplinaridade imbricada ao conceito de contextualidade, capaz de orientar o desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico para a educação de campo, considerando as múltiplas dimensões do educando e das comunidades rurais inseridas num mundo social mais amplo que interfere no seu próprio processo de transformação, mas que também pode ser influenciado pelas forças sociais que se forjam no campo.

A CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DA PROPOSTA ESCOLAR NO CAMPO

Para que pudéssemos apresentar contribuições acerca dos conceitos apresentados acima, realizamos estudos que aproximassem a relação entre a Gestão Escolar e a Educação do Campo. Os estudos foram realizados na Escola Rural Municipal Professor Maack, e em uma turma do Projovem Campo – Saberes da Terra, turma esta do município de Goioxim.

A escola Maack, funciona em período integral, com turmas de 1º ano à 8ª séries do ensino fundamental, com faixa etária de 06 a 15anos, tem todos os seus educandos residindo na zona rural. Tem em sua proposta pedagógica a educação de campo de forma interdisciplinar e contextualizada, trabalhando com conteúdos agropecuários inerentes a agricultura familiar, com a filosofia de fixar o homem no campo.

Já no Projovem Campo, trabalhamos com alunos adultos, com faixa etária que varia de 18 a 50 anos, atuando na educação básica, também de forma interdisciplinar e contextualizada, com a filosofia de dar suporte e conhecimento de agricultura familiar e do sistema orgânico de cultivo, visando à permanência e sustentação do homem no campo.

A escola Maack tem em sua proposta uma filosofia centrada em princípios de humanização, de formar no âmbito da comunidade escolar um permanente estado de ânimo e sentimento de felicidade. Humanizada, a escola tem como desejo ir além da realidade presente, para alcançar uma realidade projetada, elaborada com a inteligência para que realmente possa educar seus alunos; uma vez que todas as pessoas são capazes de aprender e de ensinar, assim a troca de experiências é constante.

Os principais fundamentos, premissas e ações do trabalho, obedecem a um pensamento político-pedagógico sustentado numa concepção democrático-transformadora, na concepção cidadão-sujeito e de sujeito-cidadão, que se valerá do ambiente natural e social como fonte de conhecimento, funda assim seu currículo identificado com os valores de uma cultura própria, tomando a linguagem e seu papel como valor identitário e construtor da cidadania, assume a qualidade do processo educacional como valor constante a ser atendido e, satisfeito na plenitude de todos seus aspectos elege seus eixos metodológicos, fundamentados e identificados com os valores sociais e culturais do meio rural.

Também levantamos alguns aspectos relevantes e imprescindíveis para o bom funcionamento, tanto das turmas do Projovem, com as da escola Maack, onde elencamos diferenciais como:

- um programa contínuo de formação e de capacitação dos docentes envolvidos no projeto, bem como da gestão escolar;
- a presença de profissionais e técnicos nas áreas específicas da agricultura e pecuária;
- a formação das equipes didático-psicológica e pedagógica, de assessoramento à atividade docente e administrativa da escola;
- a organização em turnos e horários adequados aos critérios pedagógicos que favorecem a aprendizagem;
- em seu calendário, espaço para reuniões pedagógicas, para discussão da questão de ensino, relato e troca de experiências vivenciadas, bem como discussão dos conteúdos agropecuários, para preparar as aulas em conjunto.

Por estas, entendemos que a educação do campo vem criando a sua identidade, de acordo com a realidade local, e que realmente percebemos resultados práticos alcançados pelas propostas exploradas nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Escolar estão intrinsecamente ligados, para assim poder conceber e executar um projeto educacional que realmente venha ao encontro dos anseios da comunidade rural, respeitando todas as particularidades dos educandos, e podendo oferecer uma Educação do Campo com qualidade.

Por ser uma modalidade pensada recentemente, a Educação do Campo está sendo implantada com base em experiências pioneiras, sendo adequadas a cada realidade. Não existe uma fórmula pronta para a Educação do Campo, onde percebe-se o papel fundamental da Gestão Escolar em democratizar o processo de concepção e execução do Projeto Político Pedagógico.

Percebemos que na Escola Maack e na turma do Projovem – Campo – Goioxim, vários são os diferenciais para uma Educação do Campo, que realmente se preocupe com a formação e permanência dos educandos no campo, onde destacamos a Gestão Democrática na execução da proposta pedagógica, formação continuada para os educadores, contextualização e interdisciplinaridade, sendo os principais pontos elencados para que se realize o processo educacional voltado para o campo.

Ressaltamos ainda que a qualidade de ensino, esta primeiramente nos educadores e posteriormente no espaço físico, mas pontuamos também que associando teoria e prática, melhora a assimilação dos conteúdos.

Outro ponto relevante é a forma associada por parte dos educadores para trabalhar com a turma, fugindo da forma tradicional de ensino, e melhorando o processo de contextualização, pois o educador da disciplina específica trabalha em conjunto com o técnico, onde desta forma trabalha-se com os conteúdos programáticos voltados para a realidade local dos educandos, mas também não esquecendo de abordar conteúdos da grade curricular.

Há muito para se evoluir na Educação do Campo, mas os primeiros resultados já estão aparecendo, e o processo educacional está em ascensão, e tendo ainda apoio político e uma verdadeira Gestão Escolar Democrática na concepção e execução da proposta pedagógica, a Educação do Campo irá cada vez mais suprir os anseios e necessidades de pessoas, que até pouco tempo, ficaram à margem da política educacional voltada para a sua realidade.

Esperamos poder ter contribuído para elucidar como deve ser confeccionado o Projeto Político Pedagógico em uma Gestão Democrática, demonstrando o papel fundamental da gestão escolar em envolver todos os membros da comunidade escolar, bem como, quais os eixos norteadores para a confecção do projeto, adequando assim, à Educação do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez & Fernandes, Bernardo Mançano (1999). **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo (Coleção Por uma Educação no Campo, vol. 2).

CALDART, R.S. **A escola do campo em movimento**. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (Org.) **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CREMA, Roberto. **Introdução à visão Holística**. São Paulo, Summus, 1989.

_____. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987.

HAGUETTE, T. M. F. (Org.) **Dialética Hoje**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DAMASCENO, M. N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática política e produtiva. In: THERRIEN e DAMASCENO (Coords.) **Educação e escola no campo**. Campinas: Papius, 1993.

ETEGES, Norberto. **Ciência, Interdisciplinaridade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1990.

FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro. Efetividade ou Ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez (Coleção polemicas do nosso tempo), 1986.

JANTESCH e BIANCHETTI (orgs.) **Interdisciplinaridade: Para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.